



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Foram convocadas sessões deliberativas para segunda-feira (à noite), terça-feira (o dia todo) e quarta-feira (até 14h). Entre os projetos previstos para a apreciação do plenário não há nenhum de interesse direto ao nosso monitoramento.

- Após pressão dos partidos de oposição e das entidades da sociedade civil, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu que, a partir do dia 18/04, os trabalhos do plenário retornarão ao regime presencial.

SENADO FEDERAL

No Plenário do Senado não há pautas, para esta semana, ligadas diretamente aos temas pertinentes ao nosso acompanhamento.

COMISSÕES DO SENADO

CMA aprova política para os Atingidos por Barragens

A Comissão de Meio Ambiente aprovou, no dia 06/04, a criação da *Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab)*. O PL 2788/2019 lista os direitos das populações que vivem próximas a barragens de rejeitos de mineração e de acumulação de água para hidrelétricas. O texto segue agora para análise da Comissão de Infraestrutura (CI). Já aprovada na Câmara dos Deputados, a proposta ganhou nova redação nas mãos da relatora no Senado, sen. Leila Barros (PDT-DF). O texto prevê indenizações e reparações aos atingidos por barragens em caso de acidentes ou de impactos pela construção de empreendimentos, como a perda ou deterioração de bens ou imóveis e a perda de fontes de renda ou meios de subsistência. O Projeto ainda precisa ser aprovado pelo plenário do Senado.

Regularização Fundiária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promoveu *audiência pública na última quinta-feira (07/04), para debater problemas e entraves na organização do setor produtivo na Amazônia Legal, em especial no Estado de Rondônia*. A reunião foi requerida pelos sen. Lasier Martins (Podemos-RS) e Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA. No requerimento (n. 7/22), eles afirmam que há “morosidade no processo de regularização fundiária” e conflitos gerados pela “ausência de regularização das áreas produtivas”. Participaram do debate: Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Giuseppe Vieira, Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Edson Afonso Rodrigues, Técnico Especialista em Assuntos Fundiários e Ambientais da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON; José Henrique Pereira, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Mário Moacir de

Almeida, Superintendente Regional em Rondônia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/RO. Para a audiência não foram convidadas entidades que são contrárias ao projeto de grilagem.

OUTROS INFORMES

Frente Parlamentar pelo controle de Armas

Aconteceu, no dia 05/04, a primeira reunião da *Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e Munições, Pela Paz e Pela Vida*, composta por deputados, senadores e representantes da sociedade civil que cobraram a rejeição do PL 3723/19, que muda regras para registro e porte de armas de fogo e regula a atividade de colecionadores, atiradores esportivos e caçadores (CACs). A frente parlamentar, integrada por 17 senadores e 21 deputados, é presidida pela sen. Eliziane Gama (Cidadania-MA). A CNBB participou, sendo representada por seu assessor político.

CPI contra ONGs

Na sessão deliberativa do Senado no dia 07/04, o sen. Plínio Valério (PSDB-AM) se pronunciou pedindo a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs que atuam na Amazônia. Plínio, autor do requerimento para a criação da CPI, leu a carta que recebeu dos *indígenas da etnia Baniwa e afirmou que é “necessário investigar as más ONGs”*. Na carta lida pelo parlamentar, representantes da etnia Baniwa da Comunidade Castelo Branco, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, escreveram que buscam autonomia na sua representação e que “não irão aceitar que oportunistas, indígenas ou não, falem por eles”. Escreveram ainda que os povos indígenas não são todos iguais e não querem as mesmas coisas, para que ONGs possam falar por todos.

Conselho Nacional de Justiça

O intercâmbio de experiências de tribunais brasileiros em ações de remoção e reintegração de posse marcou a segunda reunião do grupo de trabalho destinado à elaboração do *Protocolo de Reintegração Digna de Posse*, realizada na quinta-feira (07/04), no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Durante o encontro, também foi definida a formação de um subgrupo que iniciará a redação do documento. De acordo com o coordenador do colegiado, Sidney Pessoa Madruga, a ideia é transformar o protocolo numa espécie de manual para orientar juízes e juízas. Segundo o conselheiro, a sistematização de ações anteriormente aplicadas será um relevante subsídio para o desenvolvimento dos trabalhos. “Foram dados passos importantíssimos, tanto para o estabelecimento do protocolo, quanto em termos de troca de experiências aplicadas em diferentes estados.” Com a decisão do Ministro Barroso que suspendeu os despejos até junho em todo o Brasil, este protocolo que será apresentado pelo CNJ será de grande importância para evitar os conflitos no cumprimento das reintegrações de posse.